



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

ATA

1 **Início: 18h30 –14/08/2014. Término: 22h. PRESENÇAS: 1.1) CONSELHEIROS:** Daniel Gonçalves Mendes,
2 Alberto Alves de Faria, Tony Marcos Malheiros, Carlos Madson Reis, Antônio Menezes Junior, Aleixo
3 Anderson Furtado, Sérgio Parada, Marcelo Baiocchi, Samuel Leandro, Osvaldo Pontalti. **Justificativas:**
4 Sergio Brandão, Ana Maria Labarrere, Igor Soares Campos. **Convidados:** Amilcar Coelho Chaves,
5 Conselheiro do IAB; Elza Kunze Bastos, representante SINARQ-DF; Márcio Henriques de Souza; Erick
6 Welson Basílio Mendonça – Estudante de Arquitetura e Urbanismo da FAU/UnB; Carla Rocha Coelho –
7 Professora da FAU/UnB e orientadora da monografia do estudante Erick Welson **Licenciada:** Neusa
8 Cavalcanti. **1.2) FUNCIONÁRIOS DO CAU/DF:** Daniela Borges dos Santos, Alessandro Viana, Marcos
9 Aurélio, Anderson Viana, Cristiano Ramalho, Luciana Vieira, Karla Alves, Gabrielle Cruvinel. **ITEM 1-**
10 **Execução do Hino Nacional; ITEM 2 – Leitura e aprovação das atas –** Foram sugeridas algumas
11 correções ortográficas, sendo a Ata da 35ª Reunião Plenária aprovada por unanimidade com uma
12 abstenção do conselheiro Sérgio Parada. **ITEM 3 - Informes –** O Presidente Alberto de Faria informou a
13 respeito da Reunião Plenária Ampliada, que ocorreu no dia 18 de julho e tratou das questões de
14 financiamento do SICCAU – Sistema Cooperativo do CAU. A distribuição das receitas arrecadadas pelo
15 Conselho de Arquitetura e Urbanismo ocorre da seguinte forma: 20% vão para o CAU/BR e 80% ficam
16 com os CAU Estaduais. Foi discutida a criação de dois modelos de compartilhamento de custos para
17 manter e instalar o SICCAU: um fundo de apoio e um centro de serviços compartilhados. O CAU/DF fez
18 uma análise na qual foi demonstrado que a contribuição para o fundo em questão é de 8% da
19 arrecadação do Conselho em um ano, que é um valor baixo se comparado aos custos que seriam
20 incorridos na instalação de um novo sistema. Existe uma discussão, principalmente por parte dos
21 CAU/UF que têm maior receita, com relação aos custos do compartilhamento. A Plenária Ampliada
22 também tratou da composição da Comissão Eleitoral e da reunião conjunta entre o Conselho Federal de
23 Engenharia e Agronomia - CONFEA e o CAU/BR. No dia 28 de julho o Presidente esteve em Aracajú, no
24 Fórum de Presidentes dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo, que tratou, entre outros tópicos,
25 sobre a questão da fiscalização da gestão: haverá um seminário sobre o assunto no final do ano, no qual
26 os Conselhos apresentarão as ações desenvolvidas. No dia 31 de julho foi realizada uma reunião no
27 CAU/DF com a presença da consultora da empresa Symnetics: a reunião tratou do planejamento
28 estratégico. No dia 1º de agosto o Presidente Alberto de Faria compareceu à reunião da Comissão de
29 Políticas Urbanas do IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil – que teve como assunto principal a
30 reconstituição do CONPLAN (Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal). Estão



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

31 ocorrendo ajustes no orçamento através de ações das áreas técnica e de fiscalização. O conselheiro Igor
32 Soares anunciou a realização do 3º encontro do CAU e as reuniões que estão sendo feitas para captação
33 de patrocínio. O encontro será dividido em duas partes: uma abertura solene do evento, com
34 participação dos presidentes e representantes das entidades; e uma participação de arquitetos
35 convidados. Dentre os objetivos do terceiro encontro, podem ser citados a consolidação do acordo
36 entre a Ordem de Arquitetos de Portugal e o CAU/BR e a possibilidade de participação do arquiteto
37 Álvaro Siza em Brasília, com o arquiteto Paulo Mendes da Rocha. O primeiro momento do encontro
38 acontecerá no Cine Brasília, e o segundo na Embaixada de Portugal, nos dias 18 e 19 de novembro. O
39 conselheiro Daniel Mendes descreveu a participação da empresa que está arrecadando os patrocínios. O
40 conselheiro Antônio Menezes Júnior convidou os presentes para o Seminário sobre salário-mínimo
41 profissional, a ser realizado em Brasília, no dia 05 de setembro. O seminário tratará do histórico e das
42 conquistas do salário mínimo, da possibilidade de sua proporcionalidade para jornadas de trabalho
43 abaixo de 30 horas semanais e da fiscalização. O conselheiro Amilcar Chaves fez uma consideração
44 sobre a renovação dos Plenários dentro do sistema CAU. O conselheiro Carlos Madson informou que foi
45 positivo o Seminário entre o CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - e o CAU/BR. Foi
46 proposta a criação de um grupo para estudar ações comuns entre CONFEA e CAU/BR. Há uma intenção
47 de substituir os Conselhos por Agências reguladoras. O Presidente Alberto de Faria acrescentou que o
48 Governo Federal faz uma avaliação da atuação e da arrecadação dos conselhos. Existe uma proposta de
49 estudo da Casa Civil com o Governo Federal para criar uma agência reguladora dos Conselhos,
50 controlando sua aplicação de recursos. A diretora-geral Daniela Borges noticiou sua participação em
51 diversos eventos ao longo do último mês: seminário entre CONFEA e CAU; grupo de fiscalização;
52 reuniões da Embaixada de Portugal e Secretaria de Cultura, nas quais foram definidos os locais para a
53 futura reunião do CAU; reunião com a comissão de finanças, que tratou do novo planejamento das
54 ações do CAU e a reunião com a diretora do Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal, que não teve
55 quórum mínimo e tratou do Seminário distrital do salário-mínimo profissional. A assessora de
56 comunicação retornou da licença-maternidade e foram apresentadas duas novas funcionárias do CAU: a
57 assessora parlamentar, Rosilane Silva Resende, e a assistente administrativa, Gabrielle Cruvinel. A
58 Assessora Parlamentar Rosilane Silva Resende explicou que o seu trabalho consiste em acompanhar os
59 processos de interesse do CAU e dos arquitetos e urbanistas tanto na Câmara Legislativa do Distrito
60 Federal quanto na Câmara dos Deputados. A assessora expôs vários processos de interesse dos
61 arquitetos e urbanistas que estão arquivados. Dentre eles, podem ser citados alguns projetos na Câmara



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

62 dos Deputados, a exemplo do PLC 13/2013, que caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as
63 atividades exercidas por engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos; e o projeto dos designers,
64 que regulamenta a profissão dos designers, que possuem atribuições exclusivas dos arquitetos. O CAU
65 fez um pedido de informação às Comissões, no qual elas deveriam especificar quais são os projetos
66 relacionados à arquitetura que tramitam nesses locais. Foram obtidas respostas da Comissão de
67 Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da Comissão de Educação e da Comissão do Meio ambiente. O
68 Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, PPCUB, tratado no PLC 78/2013, foi suspenso
69 pelo Ministério Público até que o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal
70 (CONPLAN) seja reestruturado. O PLC 79/2013 trata da Lei de Uso e Ocupação do Solo também está
71 suspenso em função da falta de composição do CONPLAN. Houve um chamamento público no dia 08 de
72 agosto para que as entidades apresentassem membros para representação no CONPLAN. O CAU/DF já
73 fez a inscrição e tem reserva na composição do Conselho. A eleição ocorrerá no dia 26 de agosto e o
74 prazo para inscrição das entidades é até o dia 21 de agosto. O conselheiro Igor Campos ressaltou que o
75 CAU/BR reúne esforços para que a alíquota do Supersimples seja reduzida. A assessora Rosilane Silva
76 explicou que a alíquota do Supersimples paga pelo arquiteto aumentará para 16,93%, e que os
77 conselhos de psicologia, dos corretores de imóveis e dos advogados pagam uma alíquota de apenas 4%.
78 As empresas que optarem pelo Simples Nacional deixarão de contribuir com os conselhos de classe.
79 Seria importante a elaboração de um projeto de lei para que o Governo do Distrito Federal passe a
80 pagar o salário-mínimo profissional aos servidores. O agente de fiscalização Cristiano Ramalho relatou
81 que, no início de agosto, o CAU/DF realizou a primeira reunião de avaliação de estratégias. Seu objetivo
82 foi analisar as estratégias definidas nos planos de ação. Esses planos de ação estão divididos pelo
83 modelo do planejamento estratégico, com ações de curto, médio e longo prazo. Foram definidos quatro
84 objetivos: 1) Tornar a fiscalização um vetor de melhoria; 2) Assegurar a eficácia no atendimento; 3)
85 Estimular o conhecimento e o uso de processos criativos e 4) Assegurar a sustentabilidade financeira.
86 Com relação ao segundo objetivo, a área de fiscalização está investindo na rede integrada de
87 atendimento. No que concerne aprimorar e inovar os processos e as ações e assegurar a
88 sustentabilidade financeira do CAU, a área de fiscalização vem implantando indicadores e relatórios
89 gerenciais do sistema, além do Plano Diretor de Tecnologia. O CAU/DF teve um aumento em sua receita,
90 devido ao número maior de registro de Registros de Responsabilidade Técnica - RRTs; mas o número de
91 documentos elaborados ainda é muito inferior aos documentos registrados. Isso acontece quando o
92 preenchimento é incorreto ou quando os profissionais se esquecem de pagar porque o prazo de



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

93 pagamento é muito longo.

94 O índice proposto inicialmente é composto pela quantidade de RRTs por profissionais ativos. Em 2013

95 ele foi 4,44 ao ano. No primeiro trimestre caiu para 3 e no segundo trimestre ficou em 3,88.

96 O índice de RRTs pagos dividido pela quantidade de RRTs cujo boleto foi elaborado em 2013 foi de 81%.

97 No primeiro trimestre esse índice caiu para 74% e no segundo trimestre voltou para 81%. As ações a

98 serem tomadas para melhorar o indicador são: intensificar a educação e orientação profissional para

99 melhoria das emissões dos RRTs; viabilizar um treinamento sobre o SICCAU; elaborar tutoriais de serviço

100 para a equipe do CAU/DF e intensificar a fiscalização para viabilizar o acréscimo de RRTs. A área de

101 fiscalização começou uma campanha para a regularização das anuidades. Dos profissionais ativos – em

102 torno de 4.000 – 20% estão inadimplentes com a anuidade. Foi elaborado material para divulgação da

103 campanha, sendo que a estratégia adotada foi a de apresentar aos profissionais o SICCAU, explicando a

104 eles que a anuidade pode ser emitida eletronicamente, através do sistema. No mês de agosto foram

105 gerados 20 relatórios pela área de fiscalização. Todos foram regularizados na fase de notificação. A

106 gerente da área técnica, Luciana Vieira, relatou que alguns dos objetivos estabelecidos pelo

107 Planejamento Estratégico para a área foram: executar os serviços, prestar atendimento técnico, apoiar o

108 Plenário e orientar órgãos públicos, instituições de ensino, empresas e profissionais em todas as suas

109 necessidades. Uma das ações que está sendo tomada é a elaboração e a disponibilização no site do

110 CAU/DF de *podcasts*, que são áudios referentes a assuntos de interesse de profissionais e empresas do

111 Conselho. A forma de mensurar os dados de serviços executados está sendo modificada devido ao

112 Planejamento Estratégico: já foi solicitado ao CAU/BR que a mensuração seja feita eletronicamente. Por

113 este motivo, os dados de quantitativo de serviços executados não foram trazidos para a reunião em

114 questão. O assessor Cristiano Ramalho mencionou o uso do Google *Street View* para auxílio na área da

115 fiscalização. A ferramenta é útil na identificação de placas em obras. A advogada do CAU/DF, Karla

116 Alves, informou que o Conselho recebeu um ofício da Casa Civil acerca da cobrança da taxa de RRT. O

117 documento relatava que o Órgão não deveria pagar a taxa, tendo em vista a imunidade recíproca entre

118 o Distrito Federal e o CAU. O Conselho respondeu que a imunidade trata de impostos, e não de tributos.

119 Tendo em vista que a taxa de RRT é um tributo, a Casa Civil não está isenta de pagamento. **ITEM 4 –**

120 **Apresentação do trabalho de conclusão de curso**– O estudante Eric Welson, aluno da Faculdade de

121 Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, apresentou o seu trabalho de conclusão de curso,

122 cujo tema foi “Arquitetura aonde ela também precisa estar: a implementação da Lei de Assistência

123 Técnica”. De acordo com o estudante, três universos envolvem a lei em questão: o ensino, no qual o



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

124 trabalho foi focado; a prática profissional e a população de baixa renda. A monografia inicia-se com o
125 histórico da Lei, refletindo sobre o real interesse dos profissionais para atendê-la. O percentual de casas
126 erguidas no Brasil por meio de autoconstrução, que é a construção sem a assistência técnica de
127 arquiteto e engenheiro, é de 77%. A população de baixa renda tem diminuído ao longo dos anos, mas
128 seu percentual na pirâmide social ainda é alto em comparação à população total. O aluno utilizou o
129 Senso CAU como fonte de dados para poder avaliar a quantidade de profissionais que existem em
130 relação à parcela da população de baixa renda. É evidente que a sociedade sofre de problemas de
131 infraestrutura, que foram mostrados através de fotos de casas construídas de forma precária. Os
132 seguintes questionamentos foram respondidos: qual a contribuição que os arquitetos podem ter,
133 principais áreas de atividades, aspirações estudantis, desafios da prática e casos exemplares aonde a lei
134 foi aplicada. O capítulo 1 do trabalho é intitulado “As competências profissionais do arquiteto, sua
135 formação e respostas às demandas da habitação popular”. Foram explicadas as competências do
136 arquiteto e as primeiras iniciativas do planejamento habitacional. Foi mostrada a quantidade de
137 arquitetos por Estado, e Eric sugeriu que a população de baixa renda fosse quantificada posteriormente
138 para uma análise mais precisa. Existe uma multidisciplinariedade que integra as áreas do conhecimento
139 de arquitetura; foram destacadas as disciplinas obrigatórias do curso na Universidade de Brasília mais
140 importantes para compreender a realidade da população de baixa renda: projeto de arquitetura III,
141 projeto urbanístico I e II, infraestrutura urbana e planejamento urbano. O curso dedica 1740 horas às
142 disciplinas de projeto; 870 horas às disciplinas teóricas de tecnologia e 600 horas à teoria e história. O
143 estudante agrupou as disciplinas em grupos temáticos, sendo eles: história da arte da arquitetura e
144 urbanismo, com 480 horas; projeto de urbanismo, planejamento e infraestrutura com 330 horas e
145 projeto de habitação, com 120 horas. A carga-horária das disciplinas de história da arte é maior do que a
146 das disciplinas de urbanismo, planejamento e infraestrutura. Isso demonstra que o foco da FAU/UnB
147 não é aquele que a lei prevê, e não atinge os interesses da camada mais carente do Brasil, que é
148 assolada por falta de saneamento básico e habitação popular. Foram analisados também os trabalhos
149 de ensaio teórico e diplomação dos estudantes de 2013. Concluiu-se que os estudantes divergem do
150 proposto pelo currículo acadêmico. De 92 trabalhos realizados, 26 trataram de espaços públicos e
151 intervenções urbanas e sociais, sendo voltados para ações de assistência técnica que visam garantir
152 qualidade de vida melhor àqueles que não têm acesso à arquitetura. O capítulo 2 do trabalho trata da
153 Lei de Assistência Técnica. São apresentados o seu histórico, as ações do Estado para provimento da
154 moradia social e os dados do déficit habitacional. O 1º Seminário Nacional de Assistência Técnica,



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

155 promovido pelo Ministério das Cidades, ocorreu em 2005 e avaliou 79 experiências com a Assistência
156 Técnica no Brasil. A assistência técnica existe há três anos, mas sua eficácia é limitada devido ao pouco
157 alcance. É necessário difundir a informação das competências dos arquitetos e a aplicabilidade da lei. A
158 conclusão demonstra os três eixos que são necessários para que a lei possa ser mais eficaz e acessível. A
159 partir do momento em que a lei for mais conhecida, a sociedade será beneficiada diretamente. A
160 coordenadora da diretoria colegiada do SADF, arquiteta e urbanista Elza Kunze parabenizou o
161 estudante e lembrou que a assistência técnica é uma luta da Federação Nacional dos Arquitetos e
162 Urbanistas nos últimos 30 anos. Reiterou que realmente houve uma falha na divulgação da lei, e que se
163 tentou a sua implementação junto às Administrações do Distrito Federal, mas sem sucesso. Deveria
164 haver uma equipe de assistência técnica em cada administração, para prestação de serviços de projetos
165 a cada morador. O conselheiro Antônio Menezes Júnior convidou o aluno a investigar as experiências
166 concretas que são praticadas com os recursos do Ministério das Cidades no Programa Nacional de
167 Urbanização de Assentamentos. O conselheiro Aleixo Furtado sugeriu ao estudante que faça uma
168 pesquisa entre os professores a fim de listar quais são cadastrados no Conselho de Arquitetura e
169 Urbanismo. O conselheiro Igor Campos ressaltou que de fato há uma deficiência na formação de
170 profissionais voltados para atender às demandas da população de baixa renda, mas que também existe
171 falta de vontade política para divulgar o trabalho dos servidores capacitados nessa área. **ITEM 5 – Relato**
172 **de processos** – O Presidente passou a palavra ao conselheiro Oswaldo Pontalti para o relato de
173 processo. **Conselheiro Relator: Oswaldo Pontalti: a) Interessado:** Comissão de Finanças e Atos
174 Administrativos. **Assunto:** Reformulação Orçamentária devido ao aumento na arrecadação do Conselho
175 de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal. Considerando que o orçamento e a reprogramação do
176 CAU/DF foram aprovados pela Plenária do CAU/BR para o exercício de 2014; considerando que a
177 presente reprogramação propõe um ajustamento entre contas, receitas e despesas, visando uma
178 melhor adequação à realidade no presente exercício; considerando que o Plenário do CAU, no dia
179 17/07/2014, em sua 32ª Reunião, aprovou as diretrizes para elaboração da 2ª reprogramação do Plano
180 de Ação e Orçamento do CAU, no exercício 2/2014; destaca-se um aumento do orçamento em relação
181 às contas: Receitas Correntes, no valor de R\$ 115.697,00; e em Fundos de Investimento Lastreados em
182 Títulos do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 49.303,00; totalizando R\$ 165.000,00, o que representa
183 incremento de 13% no orçamento do CAU/DF. Dentro das alterações propostas, destaca-se o aumento
184 nos seguintes projetos: divulgação institucional, R\$ 27.500,00; aprimoramento da GETEC, R\$ 17.000,00;
185 estruturação de Tecnologia da Informação, R\$ 18.000,00; implementação da assessoria jurídica, R\$



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

186 3.000,00; e estruturação, R\$ 99.000,00. Considerando que após a análise feita pela Comissão de
187 Finanças, Atos Administrativos e Gestão, com base no Plano de Ação de 2014, primeira reprogramação e
188 orçamento, a Comissão decidiu pela aprovação da mesma, com encaminhamento ao Plenário do
189 CAU/DF e depois ao CAU/BR. **Voto e Deliberação:** A Comissão de Finanças do Conselho de Arquitetura e
190 Urbanismo do Distrito Federal, CAU/DF, analisando o processo em epígrafe de interesse do CAU/DF,
191 decidiu aprovar por unanimidade o voto feito pelo coordenador da Comissão de Finanças (Arquiteto
192 Oswaldo Pontalti), considerando o disposto pela resolução nº 29/2012. A referida resolução dispõe
193 sobre procedimentos orçamentários, contábeis e de prestação de contas a serem adotados pelo CAU/BR
194 e pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e Distrito Federal. Considerando o disposto
195 no capítulo 3, artigo 6º da Resolução em questão, a reformulação orçamentária é obrigatória quando
196 houver: 1) Variação da arrecadação prevista no orçamento aprovado para mais ou para menos; 2)
197 necessidade de realização de ações não previstas no Plano de Ação e Orçamento e que acarretem
198 alterações na proposta aprovada; 3) Necessidade de transposição de recursos orçamentários do grupo
199 de despesas correntes para despesas de capital. Considerando que a Comissão de Finanças, após análise
200 do Plano de Ação e da 1ª reprogramação, entendeu pela aprovação da 2ª reprogramação de 2014 do
201 CAU/DF, com envio ao Plenário do CAU/BR para homologação. **Decisão Plenária:** Aprovados por
202 unanimidade a homologação e o voto pela reformulação orçamentária. **Conselheiro Relator: Oswaldo**
203 **Pontalti: a) Interessado:** Sindicato dos Arquitetos do Distrito Federal. **Assunto:** Solicitação do Sinarq-DF
204 para patrocínio parcial do evento Mostra de Arquitetura 2014. O Sinarq-DF solicitou R\$ 25.000,00 de
205 patrocínio para auxiliar na realização do evento Mostra de Arquitetura 2014. Considerando solicitação
206 encaminhada pelo Sinarq-DF, para análise da possibilidade de patrocínio parcial do evento anual Mostra
207 de Arquitetura; considerando a importância do evento que vem sendo realizado há 10 anos;
208 considerando a Portaria nº 02/2013 do CAU/DF, que aprova, disciplina e regulamenta a concessão de
209 patrocínios pelo CAU/DF; considerando que, após análise da documentação, foi solicitada via ofício a
210 apresentação de documentos exigidos pela Portaria citada acima; considerando que a solicitação foi
211 cumprida em parte, restando apenas a apresentação dos seguintes: certidão conjunta negativa de
212 débitos relativos a tributos e contribuições federais, e à dívida ativa da União; e certidão negativa de
213 débitos relativos a contribuições previdenciárias e de terceiros, ambas expedidas pela Receita do
214 Distrito Federal do Brasil; considerando o Art. 16 da Portaria nº 02/2012 do CAU, o qual versa que “a
215 liberação dos recursos e patrocínios estará condicionada à validade das certidões de regularidade fiscal
216 apresentadas”; considerando disponibilidade orçamentária informada pela assessoria financeira;



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

217 considerando que a programação do evento inicia-se no dia 1º de setembro; sugere-se a concessão de
218 50% do orçamento global do evento, condicionado à apresentação das certidões informadas e devidas
219 prestações de conta estipuladas na portaria citada. **Voto e deliberação:** Concedida a solicitação do
220 Sindicato, de R\$ 25.000,00 para apoio da mostra, condicionada ao pleno atendimento da resolução.
221 **Decisão Plenária:** Aprovado por unanimidade o apoio à mostra de arquitetura do Sinarq/DF. **ITEM 6 –**
222 **Eleição de representantes do CAU/DF no CONPLAN** – O Presidente Alberto de Faria relatou que no dia
223 11/07/2014 esteve na reunião da Comissão de Políticas Urbanas do IAB. O Presidente Thiago Andrade
224 explicou a edição da LC 889 de 24/07/2014, que foi resultado de um consenso entre o Ministério
225 Público, a Justiça e o Governo do Distrito Federal – GDF - a fim de alterar a composição do CONPLAN –
226 Conselho do Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal. O GDF possui 16 representantes no
227 Conselho, sendo que a referida Lei trouxe a possibilidade de que as entidades tenham maior
228 representação. Na nova composição existem 15 conselheiros representantes titulares de órgãos e
229 entidades do DF e 15 conselheiros de entidades caracterizadas como: A) Entidades não governamentais,
230 movimentos sociais e entidades representantes da sociedade civil, com atuação comprovada de no
231 mínimo um ano na área de desenvolvimento urbano, regularização fundiária e habitação e entidades de
232 classe e afins ao planejamento urbano; B) Entidades empresariais, preferencialmente na área da
233 construção civil, do mercado imobiliário e do comércio varejista; C) Instituições de ensino superior que
234 tenham cursos de arquitetura e urbanismo e engenharia. Dentre os representantes, existem entidades
235 representativas que têm em seus estatutos e regimentos a defesa da mobilidade urbana; entidades ou
236 movimentos sociais que tenham em seus estatutos e regimentos a defesa dos interesses e demandas da
237 sociedade para provisão habitacional; instituições de ensino superior que tenham cursos regulares de
238 graduação em arquitetura e urbanismo e engenharia; representantes de entidade autárquica de
239 fiscalização do exercício e das atividades dos profissionais da área de arquitetura e urbanismo;
240 representante de entidade autárquica de fiscalização do exercício e das atividades dos profissionais da
241 área de engenharia e agronomia; representante de entidades empresariais do segmento do setor
242 produtivo da construção civil; representante de entidades empresariais do segmento do mercado
243 imobiliário; representante de entidades empresariais do segmento do comércio varejista; representante
244 de entidade representativa que tenha em seus estatutos e regimentos a defesa dos interesses dos
245 produtores rurais; representante de entidades representativas que tenham em seus estatutos e
246 regimentos a defesa da política setorial de regularização fundiária de interesse social; representante de
247 entidades representativas que tenham em seus estatutos e regimentos a defesa da política setorial de



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

248 regularização fundiária de interesse específico; representante de entidades que tenham como finalidade
249 a promoção, a coordenação, a proteção e a representação legal das categorias de arquitetos e
250 urbanistas; representantes de entidades que tenham como finalidade a promoção, a coordenação, a
251 proteção e a representação legal das categorias de engenheiros; representante de associações de
252 moradores e inquilinos; representante de entidade representativa que tenha em seus estatutos e
253 regimentos a defesa do patrimônio cultural. Esse contexto permite uma participação ampliada de outras
254 entidades que não sejam apenas as que o Governo indicar. O mandato dos conselheiros representantes
255 da sociedade civil é de dois anos, vedada a recondução. As entidades e as instituições representantes da
256 sociedade civil devem ter atuação no território do Distrito Federal. Após a publicação da Lei
257 Complementar 889, o GDF publicou uma convocação às entidades com indicação de nomes para
258 composição do CONPLAN. O CAU/DF apresentou requerimento para participar. A Secretaria divulgou a
259 lista das instituições que apresentaram o requerimento e abriu prorrogação de prazo para que outras
260 entidades possam participar. As entidades que apresentaram o requerimento foram: Associação Civil
261 Rodas da Paz, Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores do Planalto e de Santo Antônio do
262 Descoberto e entorno, cooperativas, Associação dos Moradores do Areal, Associação Ação Solidária e
263 Inclusão Social, Associação Moradia dos Sem-Teto do DF, Conselho de Mulheres Missão Resgate,
264 Cooperativa Habitacional do DF, Associação Habitacional Luta pela Moradia, Centro Social Fonte Água-
265 Viva, Associação Pró-Moradia, Associação dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos, Faculdade de
266 Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Entidade Autárquica do CAU/DF, CREA-DF,
267 SINDUSCON, Fecomércio e IAB. A arquiteta e urbanista Elza Kunze disse não ser de competência do
268 Sindicato dos Arquitetos o assunto de planejamento urbano e não vê necessidade da presença de um
269 representante do Sinarq no CONPLAN. O mais adequado seria um representante do IAB, que trata
270 especificamente dessa matéria. O conselheiro Aleixo se manifestou com relação à postura da
271 Conselheira Elza e alegou que existe uma dificuldade de participação nas reuniões do CONPLAN. O
272 Conselho é uma reunião de representantes da sociedade civil e do governo que podem discutir
273 demandas, reivindicações e questões localizadas nos condomínios para que uma Comissão de
274 Planejamento futuramente discuta essas solicitações, visando a melhoria de problemas. Alguns
275 representantes de determinadas entidades não serão necessariamente arquitetos, e entende que todos
276 os arquitetos disponíveis no Sindicato deveriam participar das reuniões. O conselheiro Tony Malheiros
277 também se manifestou com relação à postura da coordenadora da diretoria colegiada do SADF A
278 oportunidade de abertura de vagas para que arquitetos representem a classe no CONPLAN deve ser



37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

279 aproveitada. É necessário que existam representantes com capacidade técnica em arquitetura que
280 possam prestar assistência à população. O Conselheiro Samuel Santana afirmou que a representação
281 dos arquitetos ainda é muito baixa no CONPLAN, e que sua participação deve ser ampliada para
282 responder a questões técnicas das quais a sociedade civil não possui domínio. As decisões tomadas nos
283 encontros afetam a vida da população, devendo ser encaradas com seriedade. O conselheiro Marcelo
284 Baiocchi reforçou o caráter consultivo do CONPLAN. As decisões cabem ao Poder Legislativo, que toma
285 efetivamente as decisões. A coordenadora da diretoria colegiada do SADF Elza Kunze apresentou a
286 proposta de extinção do CONPLAN e criação do Conselho das Cidades. O Presidente Alberto de Faria
287 ressaltou que a maior responsabilidade com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo é dos conselheiros:
288 são eles que tomam decisões e realizam deliberações. Por este motivo, seria melhor encaminhar ao
289 CONPLAN uma lista com o nome dos conselheiros que queiram participar das eleições para
290 representante. O Presidente consultou a Plenária a respeito da participação no CONPLAN. Os
291 conselheiros que forem eleitos comprometer-se-ão a discutir no próximo Conselho renovado o assunto.
292 Foi aberta a votação para o encaminhamento do Conselheiro Tony Malheiros, com as colocações feitas
293 pelos demais conselheiros, para a indicação dos conselheiros Alberto Alves de Faria para titular e do
294 conselheiro Aleixo Anderson Furtado para suplente para representantes do CAU/DF no CONPLAN. O
295 encaminhamento foi aprovado por unanimidade, com uma abstenção do conselheiro Aleixo. **ITEM 7 –**
296 **ENCERRAMENTO** - O Presidente Alberto de Faria agradeceu a presença de todos. Após considerações
297 finais e nada havendo mais a tratar, às 22:00h, declarou encerrada a sessão plenária, da qual se lavrou a
298 presente Ata.

Brasília (DF), 14 de agosto 2014.

Arq. Sergio Parada
Conselheiro Titular

Arq. Alberto Alves de Faria
Presidente

Arq. Marcelo Baiocchi
Conselheiro Suplente

Arq. Tony Malheiros
Conselheiro Titular

Arq. Samuel Leandro
Conselheiro Suplente

Arq. Antônio Menezes Júnior
Conselheiro Suplente Federal



CAU/DF

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Distrito Federal

37ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/DF

BRASÍLIA - DF, 14 DE AGOSTO DE 2014

Arq. Aleixo Anderson Furtado
Conselheiro Suplente

Arq. Osvaldo Remígio Pontalti
Conselheiro Titular

Arq. Daniel Gonçalves Mendes
Conselheiro Suplente

Arq. Carlos Madson
Conselheiro Titular